



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000071663

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1102895-16.2023.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante SHIRLEY DE AGUILAR PARRO DOS REIS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

ACORDAM, em 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS MELLO (Presidente sem voto), ROBERTO MAC CRACKEN E NUNCIO THEOPHILO NETO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

MATHEUS FONTES

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 1102895-16.2023.8.26.0002

Apelante: Shirley de Aguiar Parro dos Reis

Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A

Comarca: São Paulo

Voto nº 56.192

REVISIONAL – CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (SAC) NÃO IMPLICA EM CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA DE JUROS – REAJUSTE PELA TAXA REFERENCIAL - TR – ADMISSIBILIDADE – SÚMULA Nº 454 STJ - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO – VERBA HONORÁRIA ADEQUADA - AÇÃO IMPROCEDENTE – APELAÇÃO IMPROVIDA.

Ação revisional de contrato de financiamento para aquisição de imóvel foi julgada improcedente pela sentença, que condenou a autora nas custas, despesas processuais e verba honorária de 10% do valor atualizado da causa, observada justiça gratuita.

Apelou a vencida. Alega cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado. (SAC) Sistema de amortização constante implica em juros compostos. Rebelar-se contra a utilização da Taxa Referencial como indexador de correção monetária. Abusividade de encargos no período de normalidade descaracteriza a mora. Honorários advocatícios comportam redução. Pede anulação ou reforma.

Recurso tempestivo, respondido, com nota de justiça gratuita.

É o relatório.

Não subsiste a preliminar das contrarrazões do apelado, pois o recurso preenche os requisitos do art. 1.010 do CPC, ausente qualquer afronta ao princípio da dialeticidade.

O julgamento antecipado da lide ajusta-se ao disposto no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porque suficiente a prova de natureza documental, não tendo implicado em cerceamento de defesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Sistema de Amortização Constante – SAC não importa na capitalização composta de juros (Apelação nº 0013366-72.2010.8.26.0482, de Presidente Prudente, Rel. Des. José Reynaldo, 12a. Câmara, j. 15.05.2013; Agravo de Instrumento nº 0250407-12.2012.8.26.0000, de São Paulo, Rel. Des. Ricardo Pessoa de Mello Belli, 19a. Câmara, j. 18.02.2013; Apelação nº 9204997-45.2007.8.26.0000, de São Paulo, Rel. Des. José Marcos Marrone, 23a. Câmara, j. 20.02.2013; Apelação nº 0185754-94.2009.8.26.0100, de São Paulo, Rel. Des. Paulo Pastore Filho, 17a. Câmara, j. 13.03.2013; Apelação 0114441-44.2007.8.26.0100, de São Paulo, Rel. Des. Afonso Braz, 17a. Câmara, j. 27.02.13; Apelação nº 0000553-63.2011.8.26.0066, de Barretos, Rel. Des. Carlos Alberto Lopes, 18a. Câmara, j. 13.03.2013), não podendo ser substituído por outro, não contratado.

Julgados ainda mais recentes, inclusive da Câmara, vem confirmando o entendimento: Apelação Cível nº 1001752-29.2019.8.26.0097, da Comarca de Buritama, 22ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Campos Mello, j. 08.09.2020; Apelação nº 1010820-14.2014.8.26.0344, da Comarca de Marília, 22ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 02.07.2015; Apelação Cível nº 1067108-69.2013.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, 13ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior, j. 28.03.2021; Apelação Cível nº 1022085-19.2017.8.26.0114, da Comarca de Campinas, 24ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Walter Barone, 29.03.2021; Apelação Cível nº 1009915-76.2020.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario de Oliveira, j. 10.03.2021; Apelação Cível nº 1019079-44.2020.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, 21ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Itamar Gaino, j. 03.03.2021; Apelação Cível nº 1047227-60.2018.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, 12ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Lavínio Donizetti Paschoalão, j. 23.02.2021; Apelação Cível nº 1002852-71.2019.8.26.0597, da Comarca de Sertãozinho, 18ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roque Antonio Mesquita de Oliveira, j. 30.10.2020; Apelação Cível nº 1069897-31.2019.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, 13ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Francisco Giaquinto, j. 03.08.2020.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça que, tratando-se de contrato celebrado após a data de vigência da Medida Provisória n. 294/91, convertida na Lei n. 8.177, de 01.03.91, o reajuste do saldo devedor é passível de ser realizado de acordo com a remuneração básica estabelecida para as cadernetas de poupança, conforme o convencionado entre as partes. A correção pelo IPC ou INPC afetaria o equilíbrio da equação financeira (REsp 228.031/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 19.03.01; REsp 254.162/MS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 20.08.01; REsp 172.165/BA, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 21.06.99; REsp 162.383/RJ, DJ 17.05.99; REsp 182.146/DF, DJ 09.04.01).

Na linha dessa orientação baixou aquela Corte a Súmula 295, que diz: "A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177/91, desde que pactuada". Assim também dispõe a Súmula nº 454 daquela Corte.

Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADINs 493, 768 e 959, não vedou a utilização da TR como índice de indexação, a não ser em substituição de índices estipulados nos contratos anteriores à Lei 8.177/91, em prol do ato jurídico perfeito e do direito adquirido (RE 175.678-1/MG, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 29.11.94, in RTJ 161/718).

Correção monetária pela TR, concomitantemente com juros remuneratórios, não configura anatocismo, por serem parcelas com razões distintas (REsp 503.629/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 06.06.05; REsp 442.777/DF, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 17.02.03; EDcl no REsp 182.146/DF, Rel. Min. Castro Filho, DJ 28.04.03).

Enfim, os reajustes das prestações e do saldo devedor observaram os termos integrais do contrato e legislação específica de regência, o que afasta alegação de descaracterização da mora.

Honorários advocatícios mostram-se adequados ao trabalho desenvolvido e às peculiaridades do caso, não comportando redução, mas agora, em cumprimento ao § 11 do art. 85 do CPC, elevo-os para 15%, observada a mesma base de cálculo da sentença e o art. 98, § 3º, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ante o exposto, nego provimento ao
recurso.

MATHEUS FONTES
Relator